



Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas - ICH

Departamento de História

Elisângela Barros da Conceição

**ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1910: PROTESTO DE ELEITORES
CONTRA FRAUDES EM SANTO AMARO NO RECÔNCAVO BAIANO**

Brasília - DF

Dezembro 2025



Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

Elisângela Barros da Conceição

**ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1910: PROTESTO DE ELEITORES
CONTRA FRAUDES EM SANTO AMARO NO RECÔNCAVO BAIANO**

Trabalho de Conclusão Curso apresentado na modalidade de artigo ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em História, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Albene Miriam Menezes Klemi.

Brasília - DF

Dezembro 2025

**ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1910: PROTESTO DE ELEITORES CONTRA
FRAUDES EM SANTO AMARO NO RECÔNCAVO BAIANO**

Elisângela Barros da Conceição¹

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr.^a Albene Miriam Menezes Klemi

Prof.^a Dr.^a Léa Maria Carrer Iamashita

Prof.^a Dr.^a Ana Catariana Zema de Rezende

¹ Trabalho de Conclusão de Curso orientado pela Prof.^a Dr.^a Albene Miriam Menezes Klemi

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora Albene Miriam Menezes Klemi, por ter aceitado caminhar comigo em um momento especialmente sensível da minha vida. Sua compreensão, atenção, sensibilidade e generosidade intelectual foram fundamentais para que este trabalho se concretizasse. Sou profundamente grata por sua orientação cuidadosa, por seu acolhimento e pela inspiração que representa enquanto pesquisadora e professora.

Agradeço, de maneira especial, à Professora Doutora Teresa Cristina de Novaes Marques, que iniciou minha orientação de Trabalho de Conclusão de Curso e teve papel fundamental na minha trajetória acadêmica. Sua escuta atenta, suas orientações seguras e seu olhar cuidadoso foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho e para a minha formação enquanto pesquisadora.

Agradeço também aos meus amigos, que tornaram a trajetória no ensino superior mais leve e possível. Cada palavra de incentivo, cada gesto de apoio e cada momento compartilhado contribuíram para que eu chegasse até aqui. Meu carinho especial para Vitória Araújo Pinheiro, Ellen Jennifer Rodrigues Cezar, Tainá de Almeida Leite, Lucas Bordin Teles, Gabriela Maria, Jorge Bitar, Júlia Borges, Isaac Andrade, Matheus Sampaio e tantos outros amigos que a universidade me deu e que foram pilares importantes ao longo desses anos.

Agradeço, ainda, à minha família, pelo amor e suporte constantes. À minha mãe, Neusa, por ser meu alicerce e por estar sempre cuidando de mim com dedicação e força; aos meus irmãos, Najila, Denise e Ademilson, por todo o incentivo; e, de modo especial, à minha irmã Vilma, cuja presença, apoio emocional e afeto incondicional foram essenciais não apenas neste percurso acadêmico, mas em toda a minha vida. A todos vocês, meu sincero e profundo agradecimento.

SUMÁRIO

Introdução.....	6
Metodologia.....	9
Eleição de 1910 e Santo Amaro: um breve histórico.....	11
O protesto eleitoral de Santo Amaro: fraudes e irregularidades.....	16
Considerações finais.....	21
Bibliografia.....	23

ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1910: PROTESTO DE ELEITORES CONTRA FRAUDES EM SANTO AMARO NO RECÔNCAVO BAIANO

Elisângela Barros da Conceição*

Resumo

Este artigo analisa o protesto eleitoral apresentado por eleitores da cidade de Santo Amaro no Recôncavo Baiano durante a eleição presidencial de 1910, evidenciando como práticas fraudulentas e relações políticas locais moldaram o processo eleitoral na Bahia na Primeira República. A eleição de 1910 destacou-se por representar uma das primeiras disputas presidenciais efetivamente competitivas da Primeira República, ao opor o Marechal Hermes da Fonseca, candidato apoiado pelas oligarquias governistas, a Rui Barbosa, cuja candidatura mobilizou setores dissidentes e ampliou o embate político em escala nacional. A pesquisa de caráter qualitativo baseou-se na análise documental do Relatório da Terceira Comissão Auxiliar de Apuração Presidencial e dos protestos anexados ao documento, preservados no Arquivo do Senado Federal, além do diálogo com autores como Victor Nunes Leal, Rodolpho Telarolli, Consuelo Novais Sampaio e Eul-Soo Pang. As denúncias dos eleitores de Hermes revelam irregularidades como ausência de mesas eleitorais, impedimento físico ao voto, manipulação do alistamento, uso da força policial e divulgação de números inflados pela imprensa favorável ao governo estadual. O caso de Santo Amaro constitui exemplo ilustrativo da atuação do coronelismo e das estratégias de controle eleitoral que caracterizaram as disputas políticas na Primeira República.

Palavras-chave: Eleição presidencial de 1910, Santo Amaro, Fraude eleitoral, Protesto eleitoral, Primeira República.

*Trabalho de Conclusão de Curso orientado pela Prof.^a Dr.^a Albene Miriam Menezes KJlemi

Introdução

A eleição presidencial de 1910 ocorreu em um momento de inflexão da Primeira República, quando o sistema político oligárquico foi tensionado por uma disputa que rompeu, ainda que parcialmente, a previsibilidade dos acordos entre as elites dominantes. A candidatura de Rui Barbosa emergiu como contestação à lógica de sucessões controladas, enquanto o nome de Hermes da Fonseca, respaldado por amplos setores governistas, expressava a tentativa de manutenção da ordem política vigente. Esse confronto ampliou a mobilização política, intensificou as campanhas eleitorais e tornou mais visíveis os mecanismos de controle e intervenção que sustentavam o funcionamento do sistema eleitoral republicano. Foi nesse contexto de acirramento nacional que as práticas de fraude, exclusão e manipulação do voto se manifestaram com especial intensidade em diferentes estados, entre eles a Bahia.

Pela primeira vez na República observava-se uma polarização de fato em uma campanha eleitoral, com o então senador Rui Barbosa desafiando o candidato oficial que representava o militarismo (República da Espada, marcada pelo autoritarismo). Rui realizou a primeira ‘campanha moderna’ no país com discursos, viagens, conversa com eleitores e uso da imprensa para divulgar sua plataforma. O candidato dissidente foi apoiado pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e parte de Minas Gerais e tinha uma plataforma que defendia a tese do “civilismo” - cultura participativa dos civis, defesa das instituições republicanas e liberdade.

A eleição em foco realizou-se em um contexto marcado por intensas disputas políticas e interesses oligárquicos, exemplifica o impacto do coronelismo e da fraude eleitoral em diversos municípios. No estado da Bahia, as eleições refletiram essa realidade, no município de Santo Amaro, eleitores recorreram ao instrumento do protesto eleitoral para denunciar irregularidades no pleito. O presente artigo analisa a partir desse episódio alguns aspectos do protesto desses eleitores com destaque para os seguintes: contra o que os eleitores de Santo Amaro protestavam na eleição presidencial de 1910 e quais eram as práticas locais que influenciaram o processo eleitoral. Deste modo, intenta-se observar, a partir de um ângulo local, a complexa dinâmica de poder que permeava o processo político durante a Primeira República.

Importa esclarecer que a perspectiva “local” é aqui entendida em consonância com os ensinamentos de Michel de Certeau, quando ele assevera que “Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre

um lugar [...], um procedimento de análise [...] e a construção de um texto [...]. (Certeau. 1982, 66).

Observa-se, ainda, que “local”, na presente análise, correlaciona-se, também, com a história local, compreendida esta como uma extensão e um desdobramento da história “não local”, no caso dado, a história nacional. No presente caso, isto significa ilustrar o fenômeno da fraude eleitoral do processo histórico brasileiro/nacional, com eventos ocorridos em um lugar, um espaço interiorano, o município de Santo Amaro da Purificação no entorno de Salvador, no Recôncavo Baiano.

Desse modo, de suas múltiplas acepções, a dimensão local da História que se toma como referência é a que aborda a configuração local de um determinado fenômeno que mantém proximidade com a história nacional, mas também de distanciamento em razão de suas peculiaridades. (Cavalcanti, 2018)

Ressalta-se, ainda, que este estudo se insere no campo da Nova História Política na acepção de René Rémond (2003) na obra por ele organizada *Por uma História Política*, na qual este autor endossa a defesa da abordagem histórica com a valorização do sujeito, do acontecimento e da narrativa na história. As lições que mais interessam, estão particularmente no capítulo por ele escrito sobre “As Eleições”. Embora analisando a realidade francesa, Remond faz observações que extrapolam este contexto, quando, por exemplo, chama atenção para o fato de que por muito tempo, os historiadores “se interessavam mais pelas consequências que pelo fenômeno eleitoral”. (Rémond. 2003, p.48) e indica as campanhas eleitorais e o comportamento eleitoral como direções que a pesquisa histórica deve dar atenção. Pontua, ainda, este autor, que se deveria considerar “o fenômeno eleitoral por si mesmo e como um objeto de observação, independentemente dos dados que revela ou das mudanças que induz [...]”. (Rémond. 2003, p. 50).

Relativo à eleição de 1910 na Bahia, esta é analisada sob as lentes de alguns autores. como Victor Nunes Leal (1975), que em sua obra *Coronelismo, Enxada e Voto*, esclarece as raízes do coronelismo como uma forma de dominação política consolidada no interior brasileiro, onde o poder local exercia forte influência sobre a vida política nacional. Essa perspectiva dialoga com a análise de Rodolpho Telarolli (1982) sobre fraudes eleitorais e as práticas de manipulação no período republicano e com a visão de Consuelo Novais Sampaio (1975) sobre as particularidades da política baiana na Primeira República.

A hipótese central deste trabalho é que a eleição presidencial de 1910 na Bahia exemplifica o coronelismo em ação, com práticas de manipulação e exclusão eleitoral no município de Santo Amaro. Tais práticas refletiram a estratégia de elites locais de manter o controle sobre o voto popular, sobre o processo eleitoral e moldar o resultado em favor de seus interesses, demonstrando como o sistema eleitoral foi distorcido pela intervenção dos grupos de poder local e pela ausência de garantias de um processo eleitoral justo.

Este estudo analisa as práticas de fraudes eleitorais no contexto da eleição presidencial de 1910 na Bahia, analisando em particular o município de Santo Amaro. A partir das denúncias de eleitores locais, busca-se revelar como a manipulação política influenciou o direito ao voto e consolidou a dominação das elites regionais. Sugere-se ainda que as práticas de manipulação eleitoral, como a ausência de mesas eleitorais e o controle direto do processo por autoridades locais, não apenas visavam um resultado imediato, mas também asseguravam o controle das elites sobre a política local a longo prazo. Nesse sentido, a análise dos protestos documentados serve como uma janela para entender a perpetuação do poder das elites locais na Bahia.

A análise fundamenta-se principalmente no relatório da Terceira Comissão Auxiliar de Apuração Presidencial de 1910, que compõe um maço de documentos guardados e disponibilizados para pesquisa pelo Arquivo do Senado Federal. O relatório é acompanhado do registro de protestos redigidos pelos eleitores do município de Santo Amaro e remetidos ao Congresso Nacional. Os protestos e certidões eleitorais anexados ao relatório oferecem um panorama detalhado das denúncias de irregularidades eleitorais, incluindo duplicação de votos, ausência de mesários e outras práticas que desvirtuaram o processo eleitoral no município investigado.

Em termos processuais, devido à extensão da documentação, foi necessário organizá-lo em categorias, a saber: relatórios, protestos, abaixo-assinados, certidões e boletins. Esses documentos foram analisados e relacionados entre si e com base nas informações obtidas, tentou-se identificar a dinâmica local e os eventos específicos do município de Santo Amaro com o objetivo de observar o coronelismo e as fraudes eleitorais em um contexto específico, oferecendo uma perspectiva aprofundada sobre como o poder local se manifestava e influenciava o processo eleitoral na Primeira República.

O artigo organiza-se em quatro partes, além desta introdução. No primeiro item, apresentam-se os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa, com ênfase na análise documental do Relatório da Terceira Comissão Auxiliar de Apuração e dos protestos eleitorais

encaminhados por Santo Amaro. Em seguida, a primeira sessão dedica-se a contextualizar a eleição presidencial de 1910, destacando o cenário político nacional, a dinâmica eleitoral da Bahia e o papel específico do município de Santo Amaro nesse processo. A segunda seção concentra-se na análise detalhada do protesto santamarense, examinando as denúncias de fraudes, as interferências locais e a atuação das autoridades envolvidas. Por fim, a conclusão retoma os principais resultados e reflexões do estudo, sintetizando as implicações que o caso de Santo Amaro revela sobre o funcionamento do sistema eleitoral na Primeira República.

Metodologia

A pesquisa que fundamenta este artigo foi desenvolvida a partir de um trabalho realizado no Arquivo do Senado Federal, realizado como estagiária onde se teve contato direto com diferentes conjuntos documentais referentes à Primeira República. O interesse pela história política e pelos processos eleitorais desse período conduziu à formulação da problemática central desta investigação. A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, com suporte documental e procedimento de análise histórico. Observa-se, como já mencionado, que este estudo se insere no campo da história política

O levantamento das fontes foi realizado no Arquivo Histórico do Senado Federal, a partir do uso do inventário e das planilhas de localização do SEGAP². Durante a busca por um documento pertencente a outra comissão, foi identificado, um conjunto de grande relevância para o tema proposto no presente artigo: o Relatório da Terceira Comissão Auxiliar de Apuração Presidencial, datado de 13 de junho de 1910, composto por 198 folhas. Na capa, constam as seguintes informações:

Localização: Arquivo do Senado Federal (Arquivo nº 2894); Autor: Comissão Auxiliar de Apuração Presidencial (3ª); Data: 13-06-1910; Espécie: Relatório; Nº de folhas: 198 folhas; Assunto: Eleições realizadas na Bahia, contendo os protestos, atas, boletins e demais papéis referentes ao pleito de 1º de março de 1910 para Presidente e Vice-Presidente da República. [sic](BRASIL, 1910)

A identificação do documento marcou o ponto de partida da pesquisa. O estado de conservação do material representou um desafio metodológico, pois as folhas estavam ressecadas e quebradiças, o que impossibilitou a digitalização direta. Com a autorização e orientação dos arquivistas responsáveis, optou-se pela fotografia das páginas e pela criação de

² Os inventários e planilhas são ferramentas de pesquisa de uso interno do Serviço de Gestão de Arquivo Permanente (SEGAP).

um arquivo digital em formato PDF, assegurando a preservação do documento original e o acesso contínuo ao conteúdo. O relatório foi encaminhado para o setor de restauração, processo que, devido à extensão e fragilidade do documento, permaneceu em andamento até o início de 2025.

Após a obtenção do material, iniciou-se o processo de análise documental, de caráter qualitativo e histórico. Cada página foi examinada individualmente, a fim de identificar sua natureza e relação com o conjunto. O conteúdo foi então classificado em categorias: relatórios, protestos, abaixo-assinados, certidões e boletins. Essa organização permitiu compreender a estrutura interna do documento e reconhecer os diferentes tipos de registros que compunham o processo eleitoral de 1910. Em seguida, procedeu-se à transcrição integral dos protestos, etapa essencial para facilitar o manuseio do texto e permitir uma leitura comparativa entre as denúncias.

No decorrer da análise, o recorte empírico foi sendo ajustado até concentrar-se especificamente no protesto de Santo Amaro, em virtude de sua riqueza informativa e de seu potencial interpretativo no contexto das eleições de 1910. Embora outras partes do relatório não tenham sido diretamente incluídas no estudo, a leitura integral do documento contribuiu para a compreensão mais ampla do cenário político baiano na Primeira República e das práticas eleitorais típicas do coronelismo.

Desse modo, a metodologia adotada articula a análise documental com as premissas teóricas da história local na vertente de sua abordagem que busca compreender fenômenos históricos amplos por meio da investigação minuciosa de casos particulares.

O diálogo entre as fontes e a bibliografia especializada foi fundamental para sustentar a análise. Victor Nunes Leal, ofereceu a base conceitual para compreender o funcionamento do poder local e o papel dos coronéis como mediadores políticos.³ Rodolpho Telarolli (1982)

³ A tese de Victor Nunes Leal na obra *Coronelismo Enxada e Voto* deixa-se resumir em sua essência nos seguintes termos: o “coronelismo” enquanto um sistema de poder perpassaria todas as instâncias da república e não estaria circunscrito ao município, além de não se confundir com “mandonismo” local. Quanto aos coronéis da Primeira República, enquanto extrato social dominante, por conta da bancarrota econômica, eles buscariam apoio em instâncias superiores ao município. Por sua vez, a República nascente sob risco de desestabilização do regime, não podia dispensar o apoio desses chefes locais. Esta tese sofre críticas de interpretações historiográficas que entrementes, no geral, não discordam dela no seu âmago mas em distinções conceituais que levam seus críticos a concluir que o perfil do coronelismo não era o mesmo para todo o país. Para além disso, observa-se a

contribuiu para a compreensão das práticas de fraude e manipulação eleitoral, assim como o processo de alistamento permitindo contextualizar as denúncias apresentadas no protesto. Consuelo Novais Sampaio (1975) foi essencial para a compreensão do sistema político baiano, e a divisão política das elites baianas. Eul-Soo Pang, em *Coronelismo e Oligarquias (1889–1934)*, possibilitou situar o caso de Santo Amaro dentro de um quadro mais amplo de disputas oligárquicas e de controle do processo eleitoral.

Além das fontes produzidas no contexto da eleição de 1910, utilizou-se também a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, publicada pelo IBGE entre 1957 e 1964, especificamente o volume 21, referente aos municípios do Estado da Bahia. As páginas dedicadas a Santo Amaro, localizadas entre 294 e 304, oferecem informações históricas, geográficas e administrativas que contribuem para a contextualização do município no período analisado. Essa fonte auxilia na compreensão das características estruturais e políticas de Santo Amaro, permitindo situar o protesto eleitoral em um quadro mais amplo da formação e organização do território.

Portanto, a metodologia deste estudo combina o levantamento e análise de fontes primárias, a leitura crítica da bibliografia especializada e a aplicação da abordagem da História Política na acepção de René Rémond (2003) em *Por uma História Política*, que tem a pretensão de legitimar a nova história política, particularmente no que diz respeito à valorização do sujeito, do acontecimento e da narrativa na história.

O trabalho buscou estabelecer um equilíbrio entre a dimensão empírica — sustentada pela investigação documental — e a dimensão interpretativa — orientada pelo diálogo com a teoria e pela reflexão sobre as práticas políticas da Primeira República. Ainda que o corpus documental analisado seja restrito, sua densidade e riqueza qualitativa permitem compreender aspectos fundamentais das relações de poder e dos mecanismos de dominação política no Brasil republicano.

Eleição de 1910 e Santo Amaro: um breve histórico

O período da Primeira República no Brasil (1889-1930) foi marcada por um sistema político oligárquico sustentado pelo coronelismo, fenômeno que consolidava a hegemonia das

concordância entre os postulados desta tese e a vertente da história local aqui esposada qual seja, a que apregoa que a configuração local de um determinado fenômeno manteria proximidade com a história nacional, mas também certo grau de distanciamento em razão de suas peculiaridades.

elites rurais ao nível local e conectava suas práticas às dinâmicas nacionais. Na interpretação de Victor Nunes Leal (1975), compreender as eleições na Primeira República exige reconhecer que o coronelismo constituía um fenômeno próprio desse período, resultante da inadequação entre o regime representativo adotado e a estrutura socioeconômica vigente no interior do país. Para Leal, o coronelismo tratava-se de um “compromisso”, isto é, de uma troca de proveitos entre o Estado e os coronéis (LEAL, 1975), na qual os coronéis garantiam votos e controle social, enquanto recebiam proteção, prestígio e recursos administrativos. Assim, as eleições não podiam ser entendidas isoladamente, pois funcionavam dentro desse sistema de reciprocidades, que marcava profundamente a dinâmica eleitoral da Primeira República.

A eleição presidencial de 1910 marcou um ponto de inflexão na política da Primeira República, distinguindo-se por mobilizar amplamente as oligarquias e os eleitores nas ruas. Esta é tida como a primeira eleição na qual houve, realmente, uma disputa.

Segundo Viscardi e Figueiredo (2019), o pleito foi precedido por intensa campanha eleitoral, com jornais, panfletos e correligionários engajados em disputas acirradas entre os partidários de Rui Barbosa e Hermes da Fonseca. O conflito teve origem no rompimento entre as oligarquias estaduais quanto à sucessão presidencial⁴, quando a candidatura de Rui, apoiada pelos paulistas e por dissidentes de outros estados, se contrapôs ao nome indicado pelo senador gaúcho Pinheiro Machado. O surgimento do nome de Hermes da Fonseca como candidato, não foi bem quisto, como afirma Maria do Carmo Campello de Souza (1891), pois o mesmo não representava nenhum grande estado e carecia de raízes políticas. O descontentamento dos paulistas com a escolha de Hermes, levou o Estado de São Paulo a se juntar com a Bahia no apoio do candidato civilista, Rui Barbosa (SAMPAIO, 1978).

O pleito de 1910 foi marcado pela polarização entre os candidatos Rui Barbosa, representante do movimento civilista, e Hermes da Fonseca, apoiados pelos setores militaristas e pelas oligarquias dominantes. Eul-Soo Pang (1979, p. 100) definiu a eleição presidencial de 1910 como “uma das mais árduas campanhas da história política do Brasil, refletindo tanto conflitos de classes como rivalidades econômicas regionais”. Essa divisão elevou o nível de competição política, gerando denúncias mútuas e estratégias de manipulação do voto. Ainda que Hermes tenha vencido com ampla margem, o caso da Bahia se destacou por ter apresentado

⁴ A chamada política do “café com leite” entre Minas Gerais e São Paulo não era tão harmoniosa quanto se costuma interpretar. Pang (1979) afirma que seria mais adequado intitulá-la “café contra leite”.

a menor taxa de abstenção do país (8,5%), resultado que, segundo Viscardi e Figueiredo, pode ser atribuído à acirrada rivalidade entre ruístas e seabristas, que estimulou tanto a participação quanto, possivelmente, o aumento das práticas fraudulentas (VISCARDI; FIGUEIREDO, 2019).

Na Primeira República, o estado da Bahia possui uma série de vantagens como caso de estudo do coronelismo. Seu tamanho físico e demográfico, sua importância econômica (açúcar e cacau na costa, gado e mineração no interior), e uma série de personalidades políticas destacadas (Rui Barbosa, José Joaquim Seabra, os Moniz, os Calmon e os Mangabeira), fizeram da Bahia um importante estado secundário na hierarquia da política da federação na Primeira República. (PANG, 1979, p. 9)

A centralidade da Bahia na Primeira República não se expressava apenas por sua diversidade econômica e pela presença de figuras políticas influentes, mas também pela forma como suas disputas internas refletiam as tensões mais amplas do cenário nacional. Como mostram os estudos sobre o pleito de 1910, o estado se tornou um dos principais palcos da rivalidade entre civilistas e hermistas, mobilizando lideranças locais e provocando um confronto direto entre facções profundamente enraizadas nas estruturas oligárquicas regionais.

Essa combinação entre peso político estadual e acirramento das competições locais fez com que determinadas áreas da Bahia se destacassem como espaços privilegiados para observar práticas eleitorais, mecanismos de controle e formas de contestação dos resultados. Dentro desse contexto, determinados municípios assumiram papel estratégico para a compreensão da dinâmica política baiana — e é nesse ponto que a análise sobre Santo Amaro se torna especialmente relevante. É importante destacar que, em 1910, a Bahia tinha como governador Araújo Pinho⁵, nascido em Santo Amaro e influente no Recôncavo Baiano (SAMPAIO, 1978), enquanto José Joaquim Seabra ocupava o cargo de deputado federal. Seabra foi escolhido para conduzir a campanha de Hermes da Fonseca no estado, organizando a comissão republicana baiana e recrutando apoiadores para Hermes e Wenceslau. Entre os nomes mobilizados figuravam Otávio Mangabeira, Antônio Moniz e Luís Viana, entre outros (PANG, 1979).

Em 1910, o estado da Bahia estava dividido em quatro distritos eleitorais⁶. O Segundo Distrito abrangia quarenta e cinco municípios, entre os quais se incluía Santo Amaro da

⁵ João Ferreira de Araújo Pinho, nasceu em Santo Amaro, conservador, pai fazendeiro e político local, formado em Direito, foi deputado provincial e imperial, genro do Barão de Cotegipe, defensor da escravatura e o porta voz dos interesses açucareiros (PANG, 1979, p.98).

⁶ Essa divisão distrital passou a vigorar após o Decreto de 1905, pois, anteriormente, conforme o Decreto de 1893, a Bahia era dividida em sete distritos (RICCI; ZULINI, 2023, p. 56-57).

Purificação⁷, que possuía dezesseis seções eleitorais — o maior número entre todos os municípios desse distrito (IBGE, 1916). Santo Amaro, situado no Recôncavo Baiano, consolidou-se desde o século XVI como um dos mais importantes centros econômicos e políticos da região. A fertilidade do solo de massapê impulsionou a formação de uma zona agrícola altamente produtiva, marcada pelo cultivo de cana-de-açúcar, fumo, mandioca e por uma diversificada produção de gêneros como feijão, milho e arroz. Ao longo dos séculos, a expansão de engenhos, casas de farinha, alambiques e, posteriormente, modernas destilarias e usinas de açúcar estruturou uma elite agrária influente, cuja força econômica se projetava sobre a organização social e sobre a vida política local (IBGE, 1957-64).

Além de seu peso produtivo, Santo Amaro teve participação destacada em acontecimentos fundamentais da história brasileira — como os movimentos pela Independência da Bahia, a Revolta dos Alfaiates, a Sabinada e a Guerra do Paraguai — atuando como fornecedor de tropas, recursos e lideranças (IBGE, 1957-64). No início do século XX, essa centralidade também se refletia em sua configuração demográfica: em 1910, o município contava com 109.048 habitantes, sendo superado apenas por Salvador⁸, o que evidencia sua relevância dentro do estado (IBGE, 1916). A combinação entre dinamismo econômico, densidade populacional e tradição de engajamento político confere a Santo Amaro um papel expressivo na estruturação das relações de poder do Recôncavo, tornando-o um espaço privilegiado para observar as práticas eleitorais e as disputas políticas que caracterizaram a Primeira República.

A dinâmica político-eleitoral de Santo Amaro, contudo, só pode ser plenamente compreendida quando articulada à legislação eleitoral vigente e às comissões responsáveis pelo controle do processo eleitoral na Primeira República. A partir da Lei 1.269/1904, o alistamento eleitoral no Brasil passou a ser institucionalizado mediante comissões municipais especialmente designadas para esse fim — grupos compostos por autoridades judiciárias e notáveis locais, responsáveis por registrar os eleitores que atenderam aos requisitos de idade, alfabetização e domicílio. Essas comissões tinham a incumbência de catalogar os eleitores,

⁷ Segundo o IBGE (1957-64, p. 296) “O nome de “Santo Amaro” é devido aos monges beneditinos, aos quais foram doadas grandes áreas, numa das quais se localizara a cidade, e se erigia a capela, sob a invocação de Santo Amaro, orago pertencente à sua Ordem; de então por diante, ficou esse Santo como padroeiro local. Com a criação da freguesia de Nossa Senhora da Purificação e construção da igreja do mesmo nome, passou a localidade a ser chamada Santo Amaro da Purificação, denominação que nada tem de oficial, sendo o topônimo apenas — Santo Amaro — designação da cidade e do município”

⁸ Segundo dados do IBGE (1916), publicados no *Anuário Estatístico do Brasil, 1908-1912*, v. 1, Salvador possuía uma população de 318.931 habitantes em 1910.

preencher os livros oficiais, emitir títulos eleitorais e dividir o município em seções eleitorais (cada seção com, idealmente, entre 150 e 250 eleitores) (BRASIL, 1904). Contudo, mesmo com esse arcabouço normativo, o sistema favorecia fraudes: a simultânea participação de lideranças locais no controle das comissões, da alistagem e da organização das mesas eleitorais propiciava a inclusão de aliados — inclusive eleitores fictícios — e a exclusão sistemática de opositores. Como aponta Telarolli:

O exercício da influência sobre as mesas ou sobre as autoridades encarregadas do alistamento tinha capital importância, porque era através dele que se engrossavam os contingentes de correligionários, com documentação de pessoas já falecidas, com 'falsos' comprovantes de idade, com analfabetos e outros, e com a omissão para as exclusões de adeptos. Por outro lado, o poder de influência se exercia no sentido de bloquear, sempre que possível, o engrossamento do eleitorado da facção adversária. Dessa forma, a inclusão e a exclusão de alistados tornavam-se céleres, em especial às vésperas dos pleitos e principalmente onde facções antagônicas disputassem o poder. (TELAROLLI, 1982, p. 24)

Tendo em vista a importância do funcionamento do processo eleitoral em níveis municipal e estadual, é igualmente necessário compreender o papel desempenhado pela instância responsável por sua validação final no âmbito federal. Nesse sentido, torna-se fundamental analisar o funcionamento da Comissão de Poderes no Congresso Nacional, órgão incumbido de examinar e confirmar os resultados das eleições presidenciais durante a Primeira República. A apuração final das eleições presidenciais na Primeira República era conduzida pelo Congresso Nacional, em comissões responsáveis pela apuração, que era uma Comissão de Poderes. Conforme estabelecido pelo *Regimento Interno do Senado* de 1904, essa comissão — sorteada no início de cada legislatura — tinha como atribuição examinar as eleições destinadas à renovação do terço do Senado, bem como todas as demais realizadas durante a legislatura (BRASIL, 1904). Após a apuração local e a apuração geral realizada nas capitais, as atas eram remetidas ao Congresso Nacional, onde cabia à Comissão de Apuração proceder ao exame formal dos votos.

No Congresso Nacional, a Terceira Comissão Auxiliar de Apuração Presidencial foi a responsável por analisar a eleição presidencial de 1º de março de 1910 no estado da Bahia, examinando as atas, boletins, relatórios, protestos, abaixo-assinados e certidões provenientes das mesas receptoras e juntas apuradoras baianas (BRASIL, 1910). Essa comissão desempenhou um papel central no processo eleitoral, pois cabia a ela verificar a legalidade dos votos, analisar denúncias e decidir sobre a validade dos resultados enviados pelos municípios. Sua atuação não apenas evidenciava a complexidade da engrenagem eleitoral, mas também

revelava como conflitos locais se projetavam para a esfera federal por meio dos protestos encaminhados para exame. É justamente nesse ponto que o protesto de Santo Amaro assume relevância singular, já que suas denúncias expõem as práticas de fraudes eleitorais que ocorreram no município do recôncavo baiano.

O protesto eleitoral de Santo Amaro: fraudes e irregularidades

Embora Hermes da Fonseca tenha sido o vencedor da eleição presidencial de 1910 no plano nacional, essa vitória não se reproduziu de forma uniforme nos diferentes estados e municípios. Na Bahia, Rui Barbosa obteve 40.980 votos, superando Hermes da Fonseca, que alcançou 20.098 votos (RICCI;ZULINI, 2023), evidenciando um cenário estadual desfavorável ao candidato governista. No município de Santo Amaro, essa tendência se confirmou: Rui Barbosa recebeu 970 votos, enquanto Hermes da Fonseca obteve 715 (BRASIL, 1910). Nesse contexto, os protestos apresentados por eleitores identificados com a candidatura de Hermes não se explicam pela derrota nacional, mas pelas disputas e irregularidades ocorridas no âmbito local.

O Relatório da eleição presidencial de 1910 relativo ao 1º e 2º distritos eleitorais da Bahia, elaborado pelo relator Júlio de Mello e datado de 14 de junho de 1910 (BRASIL, 1910, p.15-16), constitui um dos principais documentos oficiais para compreender o posicionamento institucional acerca do pleito baiano. Nele, o relator registra a quantidade de votos atribuída a cada candidato, especifica quais sufrágios foram aceitos ou rejeitados, bem como os critérios adotados para tais decisões, deixando evidente o rigor — ou seletividade — dos procedimentos de verificação. Entre os elementos assinalados, Júlio de Mello destaca a inclusão do protesto apresentado por Rodrigo Brandão, dos eleitores hermistas de Santo Amaro, determinando sua anexação ao processo de apuração. A presença formal desse protesto abre caminho para a análise minuciosa das denúncias registradas pelos eleitores do município.

A análise do protesto eleitoral de Santo Amaro, encaminhado ao Congresso Nacional em março de 1910, revela como as estruturas políticas da Primeira República se materializavam no cotidiano eleitoral. O documento, redigido por eleitores hermistas, narra minuciosamente um conjunto de práticas de manipulação, violência institucional, omissão deliberada e fabricação de resultados — elementos centrais do funcionamento do coronelismo e das oligarquias baianas. Mais do que relatar irregularidades, o protesto evidencia a própria lógica do sistema político da Primeira República.

Já na abertura do documento, os eleitores denunciavam que em quatro dos sete distritos do município a eleição simplesmente não ocorreu, devido ao bloqueio imposto pelos representantes do governo estadual. O texto afirma:

Nos quatro primeiros districtos não houve eleição no dia 1º de Março, porque o governo não a consentiu, tremendo, com razão, o veridito das urnas. O eleitorado nestes districtos é em sua grande maioria inferrio á situação e por conseguinte aos seus candidatos — Ruy e Lins. [sic](BRASIL, 1910, p.58)⁹

Essa ausência não é entendida pelos autores do protesto como mero problema administrativo, mas como estratégia política consciente, articulada para impedir o voto dos eleitores favoráveis ao Marechal Hermes da Fonseca. A narrativa aponta uma categoria, onde a aplicação da lei convive com práticas informais, táticas e improvisações que revelam os verdadeiros mecanismos do poder local.

No distrito da Purificação, por exemplo, o protesto é explícito ao denunciar que o Paço Municipal, local designado para o funcionamento de três seções eleitorais, permaneceu deserto até o início da tarde. Os eleitores relatam que:

Não compareceu um só mezário nem ninguém da parte do governo, quer fosse eleitor ou mero empregado da municipalidade. O edifício parecia abandonado e ao penetrassem nelle os eleitores da parcialidade do Doutor Rodrigo Brandão, unicos que alli compareceram, para votarem no Marechal Hermes e no Doutor Wenceslão Braz, acharam as salas inteiramente depostas, sem urnas para recepção dos votos e sem a mais leve material de escripta. [sic] (BRASIL, 1910, p.58)¹⁰

A descrição minuciosa da cena — o prédio vazio, a ausência de qualquer objeto administrativo, a sensação de abandono — funciona como estratégia narrativa para evidenciar a intencionalidade da fraude. Esses relatos evidenciam o papel da mesa eleitoral, como aponta Telarolli (1982), segundo o qual as mesas eleitorais desempenhavam função fundamental na manipulação eleitoral em benefício dos grupos de poder local, atuando de forma decisiva desde o alistamento até a apuração dos votos (TELAROLLI, 1982). E a acusação da intencionalidade da fraude por parte do governo do estado fica mais evidente quando se referem ao filho do governador, como afirmam:

Era evidente, por conseguinte, da parte dos prepostas da administração, a cuja frente se acha o Promotor Domingos de Vasconcellos, emerito bateador de fasças eleitoraes, e o [] Dr. Araujo Pinho Junior, filho do governador do Estado, o designio criminoso

⁹ 58 corresponde à numeração original do documento, escrita a lápis azul no canto superior direito das folhas. No arquivo digital utilizado nesta pesquisa, organizado de acordo com a ordem em que o documento se encontra arquivado, o trecho aparece na página 60 do PDF. No corpo do texto, mantém-se a numeração original do manuscrito, indicando-se em nota de rodapé a paginação do arquivo digital. Página 60 do PDF.

¹⁰ Página 60 do PDF.

de não consentirem que a eleição fosse uma realidade neste districto. [sic] (BRASIL, 1910, p.58-59)¹¹

Nos distritos seguintes, o protesto mostra que a manipulação eleitoral assumiu formas mais violentas e explícitas. Na Saubara, agentes públicos e privados foram mobilizados para impedir fisicamente o acesso de eleitores opositores. O documento afirma:

Na Saubara a comedia foi encenada de modo a converter-se em verdadeira tragedia ao menor aceno do desabuzado galopim Luiz Antonio Pedreira de Cerqueira. Por mando do subdelegado, José Theodosio Roberto, foram postados a porta da Escola do Pexo[?] feminino, lugar designado para a eleição, o cabo de policia João José dos Santos, 2 soldados e um troço de façanhudos capangas com ordem expressa de não consentirem que alli penetrassem eleitor suspeito á gente do governo e muito menos o que reconhecidamente levasse o proposito de suffragar o nome do Marechal Hermes e do Doutor Wenceslao Braz. [sic] (BRASIL, 1910, p.59)¹²

Com base em Victor Nunes Leal (1975), compreende-se que a violência não constituía o principal mecanismo de controle eleitoral no coronelismo, mas sim um recurso suplementar, acionado quando os demais instrumentos — como o controle do alistamento, a manipulação das mesas receptoras ou a colaboração das autoridades locais — deixavam de produzir os resultados desejados. Essa compreensão é reforçada por Telarolli (1982), ao afirmar que, embora a legislação proibisse a presença da Força Pública (força policial) nas imediações das seções eleitorais, “a crônica política da República Velha é pródiga em registros de turbulências de força policial a serviço da intimidação em benefício de facções municipais afinadas com o poder estadual” (TELAROLLI, 1982, p.45). Tal constatação evidencia que o uso da coerção policial se somava ao repertório de práticas eleitorais irregulares, o que ajuda a dimensionar a complexidade do pleito de 1910 e o acirramento das disputas locais em Santo Amaro.

O protesto também narra casos de impedimento envolvendo chefes locais, como o coronel Joaquim Mendes da Fonseca, impossibilitado pelas forças policiais de entrar no prédio escolar onde deveria funcionar a seção eleitoral, convertido, segundo o protesto, “*em covil da fraude a mais audaz e deslavada*” (BRASIL, 1910, p.59¹³). A escolha dessa imagem — o espaço de instrução transformado em antro de corrupção — procura produzir um contraste moral que reforça a gravidade da fraude e a indignação dos autores.

Em outros distritos, como Rosário e Oliveira, o padrão se repetia: mesas ausentes, ausência total de autoridades e falta absoluta de materiais. O protesto descreve:

¹¹ Página 60-61 do PDF.

¹² Página 61 do PDF.

¹³ Página 61 do PDF.

Na Oliveira, como na Purificação e no Rozario... portas abertas, casas francas ao eleitorado, mas... nem mezario, nem o mais fugidio beleguim que representasse os encarregados do processo eleitoral, nem um reles tinteiro, uma penna esganachada ou uma folha do pifio papel que se vende nas bodegas das aldeias. [sic] (BRASIL, 1910, p.60)¹⁴

A narrativa combina ironia e detalhamento para demonstrar a dimensão performática da fraude — uma eleição cuja estrutura foi deliberadamente “esvaziada”, impedindo assim a expressão do voto.

A articulação dos protestos pelos eleitores hermistas de Santo Amaro demonstra como as irregularidades ocorridas no município ultrapassavam a esfera local e eram mobilizadas estrategicamente para alcançar instâncias superiores de verificação eleitoral. O próprio protesto evidencia essa dinâmica ao relatar que:

Em todos estes quatro districtos resolveram os eleitores amigos do Dr. Rodrigo Brandão lavrar incisivos protestos contra taes escandalos suggeridos e encampados pelo governo do Estado, entregando os respectivos diplomas para serem remettidos com aquelles protestos ao poder verificador, no Congresso Nacional por intermedio do eminente leader da maioria da camara, Dr. José Joaquim Seabra. Os protestos da Purificação e Rozario foram tomados em nota do Tabellião ad-hoc, o escrivão dos feitos civeis e criminaes, Coronel Raymundo Teixeira da Silva, nomeado pelo Snr. Dr. Juiz de Direito, por se ter obstinadamente recusado ao cumprimento do seu dever o Tabellião effectivo Diogo Moniz Barretto o qual rende a mais cega obediencia ao Promotor Domingos de Vasconcellos. [sic] (BRASIL, 1910, p.60)¹⁵

Essa passagem revela como a elaboração dos protestos estava intrinsecamente ligada às disputas políticas estaduais, evidenciando a participação de figuras influentes, como José Joaquim Seabra, na mediação entre o conflito municipal e o cenário nacional. Da mesma forma, a recusa do tabelião oficial em registrar o protesto ilustra o controle exercido pelas autoridades locais sobre os mecanismos institucionais, reforçando práticas de obstrução e manipulação eleitoral características do coronelismo na Primeira República.

Outro eixo central do protesto refere-se à manipulação do alistamento eleitoral, prática recorrente na Primeira República e já amplamente analisada pela historiografia. O documento santamarense descreve de forma contundente como o eleitorado foi artificialmente inflado:

os taes caçadores de alistandos davam ao alistamento o mesmo individuo duas e tres vezes, attrahido este pelo bem passadio que encontrava na tal hespedaria. Quem se alistava em um dia com barbas, roupa escura ou clara, etc. dexorridos alguns dias voltava a alistar-se de novo com o nome mudado, de barba raspada e trajas differentes. Descoberto o logro, era tarde para remedia-lo ficando dest’ arte o eleitorado de Santo

¹⁴ Página 63 do PDF.

¹⁵ Página 63 do PDF.

Amaro figurando como o maior do Estado, tirante o da capital. [sic] (BRASIL, 1910, p.62)¹⁶

Essa denúncia ilustra a convergência entre interesses locais e mecanismos formais do sistema político. A criação de um eleitorado fictício — que em Santo Amaro duplicava o número real de eleitores — atendia diretamente às necessidades do voto cumulativo, fortalecendo chefes locais e suas redes de dependência política.

Além disso, o protesto dedica longo trecho à denúncia das divergências entre os números publicados nos jornais governistas (segundo os autores do protesto). O *Diário da Bahia* e *A Bahia*, ligados ao grupo de Severino Vieira, divulgavam resultados incompatíveis entre si e com o eleitorado real. O documento afirma:

afirmar que votaram em qualquer eleição neste município 1685 eleitores como afirma a “A Bahia”, folha official do governo do Estado,[...] as quães com os 628 votos, dados a descoberto pelos amigos do Dr. Rodrigo Brandão ao Marechal Hermes e não computados pelos amigos do governo, fazem elevar-se esta somma a 2313 eleitores, e por em evidencia farça inepta e irrisoria. Mais flagrante e desfaçada ainda é a fraude do “Diario da Bahia”,[...] como tendo votado no Cons. Ruy 1066 eleitores, no Marechal Hermes 772, no Dr.[] tinha 29 e no Barão do Rio Branco 6, isto é, um total de 1873 eleitores, que, com os 628 da parcialidade do Dr. Rodrigo Brandão, também não levados em conta no computo geral da folha do Snr. Severino Vieira, dá o total de 2:701 eleitores, numero muito superior ao de todo eleitorado verdadeiro e ficticio, deste municipio. [sic] (BRASIL, 1910, p.62)¹⁷

A disputa entre jornais funciona, no protesto, como evidência do arranjo político entre governo estadual e chefes locais, articulado para garantir a derrota hermistista.

Tendo em vista as variadas acusações apresentadas — como distritos sem eleição, impedimentos físicos à votação, manipulação do processo eleitoral, interferência do governo estadual, uso da imprensa para legitimar as fraudes e um eleitorado artificialmente inflado — retomamos a análise do relatório referente ao município de Santo Amaro. O relatório de Júlio de Mello reconheceu irregularidades suficientes para desconsiderar alguns votos do município. O relatório de Júlio de Mello assinala a discrepância entre o número de eleitores oficialmente previsto e o número efetivamente participante, além de apontar que diversas seções simplesmente não funcionaram, comprometendo a validade do pleito. Como aponta o relatório:

Relatório Município de Santo Amaro (13 seções)
Deixei de apurar a votação para vice-presidente constante da acta da 2º secção, por não coincidir o número de eleitores com o de votos. Ha 11 votos a menos, pois a votação está dividida da seguinte forma: Wenceslau Braz - 32, Albuquerque Lins -

¹⁶ Página 65 do PDF.

¹⁷ Página 65 do PDF.

82, José Marcellino - 27. Somando 141 votos para 152 eleitores que, por tanto, foram os que compareceram e votaram na referida secção, não constando da acta que tivessem apparecido.

Cédulas em branco, ao que 11 eleitores tivessem deixado de votar para vice-presidente.

Deixei também de apurar a votação para vice-presidente na 4ª secção, por terem apparecido 10 votos a mais, compareceram à eleição 103 eleitores e a votação para vice-presidente está assim distribuída: Wenceslau - 37, Albuquerque Lins - 70 e José Marcellino - 16, ou seja 123 votos.

Excluída, portanto, a votação para vice-presidente das duas referidas secções, o resultado é o seguinte

Ruy Barbosa - 970 votos

Hermes da Fonseca - 715

Albuquerque Lins - 803

Wenceslau Braz - 524

(Sobre a eleição deste município me foi apresentado um protesto do sr. Rodrigo Brandão, protesto que vai anexo ao presente relatório com os documentos que o acompanham)[sic] (BRASIL, 1910, p.44-45)¹⁸

Ao anexar o protesto ao processo, o relator reconheceu a relevância das denúncias apresentadas, mas, ao mesmo tempo, sua decisão final manteve a estrutura política vigente, evidenciando os limites institucionais da apuração federal diante de fraudes profundamente enraizadas no plano local. Assim, o caso de Santo Amaro revela, de maneira exemplar, como os conflitos municipais se projetavam para a arena nacional, reforçando a lógica oligárquica da Primeira República.

Assim, o protesto não é apenas a descrição indignada de um pleito fraudado, mas seu registro se constitui como um documento histórico de grande valor explicativo. Ele permite compreender, em escala municipal, como se produziam as eleições na Primeira República, revelando estratégias locais que, embora aparentemente fragmentadas, integravam uma engrenagem nacional de poder político. A partir dele, é possível articular de maneira clara a relação entre práticas eleitorais, redes oligárquicas, violência institucional e disputas de maior amplitude.

Considerações finais

A investigação sobre o protesto eleitoral de Santo Amaro na eleição presidencial de 1910 permite compreender como se estruturavam as práticas políticas da Primeira República, particularmente na Bahia. A análise do relatório da Terceira Comissão Auxiliar de Apuração Presidencial e dos protestos encaminhados pelos eleitores heremitas do município revelou um conjunto consistente de irregularidades que ultrapassavam falhas administrativas, configurando

¹⁸ Página 42-43 do PDF.

um sistema eleitoral marcado pela intervenção direta das autoridades locais, pela omissão deliberada das mesas receptoras e pelo controle político exercido por grupos alinhados ao governo estadual.

Os relatos apresentados pelos eleitores de Santo Amaro demonstram que a interferência no pleito se deu de diferentes maneiras: distritos inteiros sem realização de eleição, presença de forças policiais impedindo fisicamente o acesso de opositores às seções, ausência completa de materiais e mesários, manipulação do alistamento eleitoral com a duplicação de votantes e uso de jornais alinhados ao governo para legitimar resultados inflados. Essas denúncias dialogam com a bibliografia especializada, especialmente Rodolpho Telarolli, Victor Nunes Leal e Consuelo Novais Sampaio, que já apontavam a centralidade das fraudes e do coronelismo na manutenção das oligarquias estaduais no poder. Essas denúncias evidenciam algo além das práticas fraudulentas, demonstra a luta e busca pelo domínio e controle do processo eleitoral local, por parte das elites locais baianas.

O caso de Santo Amaro evidencia, ainda, como o processo eleitoral dependia profundamente das relações locais de poder. A presença de figuras próximas ao governador Araújo Pinho, bem como a subordinação de autoridades municipais às orientações políticas da situação, contribuíram para que a eleição se tornasse um instrumento de reafirmação dos interesses dominantes. O relatório de Júlio de Mello, embora reconheça inconsistências, não alterou de forma substancial o resultado final, o que demonstra os limites institucionais da apuração federal diante das fraudes já consolidadas no âmbito municipal.

Assim, o estudo do protesto de Santo Amaro mostra que as eleições de 1910 não foram apenas um episódio de disputa nacional entre Hermes da Fonseca e Rui Barbosa, mas um momento em que conflitos estaduais e locais se entrelaçaram para moldar o processo eleitoral. O caso analisado confirma que, na Primeira República, o exercício do voto estava longe de representar a vontade livre do eleitorado e que a manipulação eleitoral constituía parte estrutural do funcionamento político. A documentação preservada pelo Arquivo do Senado Federal, ao registrar as denúncias dos eleitores santamarenses, oferece uma rara oportunidade de compreender de maneira direta como tais práticas eram percebidas, contestadas e formalmente apresentadas às instâncias superiores de verificação.

Desse modo, conclui-se que o protesto de Santo Amaro constitui um testemunho para entender a dinâmica política baiana e para evidenciar o papel das fraudes eleitorais como

mecanismo de reprodução do poder durante a Primeira República. A análise deste episódio contribui para o reconhecimento das tensões que permeavam o processo eleitoral brasileiro e para a compreensão dos desafios enfrentados no caminho para a construção de práticas políticas mais democráticas no país.

Fontes

BRASIL. Lei nº 1.269, de 15 de novembro de 1904. **Altera a legislação eleitoral e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1904.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1269-15-novembro-1904-584304-publicacaooriginal-107057-pl.html>. Acesso em: 17 fev. 2025.

BRASIL. Senado Federal. **Relatório da Comissão Auxiliar de Apuração Presidencial (3º)**, 1910. Nº de arquivamento 2894. Arquivo do Senado Federal.

SENADO FEDERAL. **Regimento interno do Senado Federal**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/174420>. Acesso em: 21 jan. 2025.

Referências Bibliográficas

CAVALCANTI, Erinaldo. **História e história local: desafios, limites e possibilidades** In Revista História Hoje. V. 7, n. 15, p. 272-292, 2018. Disponível em <https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/393/271> Acesso em 11/09/2025.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982
Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/221524/Michel%20de%20Certeau%20-%20A%20Escrita%20da%20histo%cc%81ria%20%28pdf%29%28rev%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 10/11/2025

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**, 1908-1912. v. 1. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística / Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1916. Disponível em: <https://anuario.ibge.gov.br/anteriores.html>. Acesso em: 20 jan. 2025.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Volume 21: Municípios do Estado da Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, 1957-64. p. 294-304. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295>. Acesso em: 18 jan. 2025.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias**, 1889-1943: A Bahia na Primeira República Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RÉMOND, René. **Por uma História Política**. (Direção). 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RICCI, Paolo (org.). **As eleições na Primeira República**, 1889-1930. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2021. DOI: <https://doi.org/10.57025/9786587461069>.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. **Almanaque de dados eleitorais: Primeira República**, 1889-1930. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2023. 246 p.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. **Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República**. Revista Dados, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 443–479, 2014.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação**. Bahia: Universidade Federal da Bahia, 1978. 196 p. (Estudos Baianos, v.10).

SOUZA, Maria do Carmo C. **O processo político partidário na Primeira República**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Brasil em perspectiva. São Paulo: Difel, 1981.

TELAROLLI, Rodolpho. **Eleições e Fraudes Eleitorais na República Velha**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

VISCARDI, Cláudia M. R.; FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. **Eleições na Primeira República: uma abordagem alternativa acerca da participação popular**. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p. 12–36, 2019. DOI: 10.34019/2594-8296.2019.v25.28740.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, **Elisângela Barros da Conceição**, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado **Eleição presidencial de 1910: protesto de eleitores contra fraudes em Santo Amaro no recôncavo baiano** foi integralmente por mim redigido, e que assinaei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 08 de dezembro de 2025.

Elisângela Barros da Conceição

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, **Elisângela Barros da Conceição**, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado **Eleição presidencial de 1910: protesto de eleitores contra fraudes em Santo Amaro no recôncavo baiano** foi integralmente por mim redigido, e que assinaei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 08 de dezembro de 2025.

Elisângela Barros da Conceição

Elisângela Barros da Conceição